

Ex-presidente e parlamentares petistas contestam informação

O ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP) enviou ao Estado a seguinte carta:

O Estado de S. Paulo, de hoje, publica: 'Acordo PT-Sarney muda rumo de CPI's'. Aliados do ex-presidente são dispensados de depor e prometem dificultar a CPI da CUT. Quero contestar tal versão. Não diz **O Estado de S. Paulo** qual o aliado meu que foi dispensado de depor. Roseana é minha filha, e contra ela nenhuma citação de qualquer ato desabonador existe. A citação de Roseana nos documentos da Odebrecht são diuas.

1) Recebeu, como 260 autoridades, brindes de Natal; 2) Na agenda do sr. Aylton Reis consta o pedido à sua secretaria para marcar audiência com a deputada Roseana Sarney sobre o assunto 'lei de privatização das Companhias Elétricas', que transitava no Congresso enquanto a deputada Roseana Sarney era vice-líder do governo. Por outro lado, o próprio sr. Aylton Reis, em depoimento no Congresso, disse que tal audiência não foi marcada pela deputada e não ocorreu.

Já, no editorial da página 3, afirma o **Estado de S. Paulo** que 'Roseana Sarney, autora de ofício encontrado em poder daquele diretor (Aylton Reis) pedindo aumento de verbas para programas de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário em Imperatriz'. Tal documento, não existe e nunca foi citado. O ofício da deputada Roseana Sarney, ao Ministério do Bem-Estar Social, e não à Odebrecht, é solicitando que fosse retificada a rubrica orçamentária publicada errada no D.O.U. Em vez de 'Estado' (do Maranhão), saiu 'Município'. Assim, nada existe na CPI do Orçamento quanto a Roseana, que não apresentou nenhuma

emenda de subvenção, não foi citada pelo sr. José Carlos Santos, nada consta nos papéis da Odebrecht quanto a verbas, liberações, percentuais ou ajuda eleitoral. A insistência na veiculação do seu nome é cruel e infundada, pura campanha política para atingir-me.

O próprio **O Estado de S. Paulo**, em sua página A-9, dá a versão exata do adiamento da CPI da CUT, com a manchete 'Partidos pretendem adiar CPI da CUT' e o texto: 'Um acordo de líderes deve-rá adiar por 60 dias a instalação da CPI da CUT e a dos empreiteiros, para dar prioridade à votação da reforma constitucional, do ajuste fiscal e da cassação dos mandatos dos parlamentares considerados culpados pela CPI do Orçamento'.

Ora, esta versão é a verdadeira e não a da primeira página. Não sou líder, Roseana está no Maranhão há vinte dias, tratando de sua pré-candidatura, e eu não falei com nenhum líder do PT nem com ninguém sobre esse 'Acordo' que não houve.

Os deputados Aloízio Mercadante e José Genoino e o senador Eduardo Suplicy, todos do PT de São Paulo, divulgaram a seguinte nota:

Contestamos as matérias de O Estado de S. Paulo e do Jornal da Tarde, publicadas na edição de hoje, dia 14 de janeiro de 1994, segundo as quais o PT teria feito acordo com o grupo do senador José Sarney para impedir a convocação de seus aliados pela CPI do Orçamento em troca da criação de dificuldades para a instalação da CPI da CUT. Uma vez que o PT não foi ouvido para dar a sua versão a respeito antes da publicação da

matéria, vimos afirmar agora, categoricamente: não houve qualquer 'acerto' com Sarney ou com quem quer que seja para isentar ou culpar. O PT não transige em seus princípios. E para nós é princípio fundamental apurar toda a verdade e punir os responsáveis por qualquer ato lesivo aos interesses públicos.

Cabe lembrar, preliminarmente, que as referidas manchetes não são sustentadas na matéria por qualquer fato ou evidência. Nem poderia ser, porque tais fatos ou evidências inexistem. No decorrer da matéria é atribuída ao deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) a acusação falsa e irresponsável de um imaginário 'acordo' para proteger a deputada Roseana Sarney e o deputado Miguel Arraes. Recorramos aos fatos, para os quais invocamos o testemunho dos próprios repórteres da **Agência Estado** que têm feito a cobertura dos trabalhos da CPI do Orçamento.

A questão relacionada à deputada Roseana Sarney começou quando os deputados Luiz Salomão, Moroni Turgan e Pedro Pavão, encarregados pela Subcomissão de Emendas, foram ao Estado do Maranhão realizar diligências. O primeiro relatório da missão não citava a deputada Roseana Sarney. Já no segundo, o deputado Luiz Salomão incluiu, à revelia dos outros dois deputados, um requerimento de quebra de sigilo da deputada. A subcomissão recusou a dar aval ao requerimento porque ele fugia aos critérios aprovados pela unanimidade do plenário da CPI, mas reconheceu o direito do deputado Salomão apresentá-lo ao plenário da comissão. A interpretação geral nesse momento era de que o deputado Salomão estava

movido pelas disputas eleitorais maranhenses, opondo candidato a governador de seu partido à deputada Roseana Sarney.

Sem jamais ter sido votado e nem mesmo defendido oralmente, o requerimento do líder do PDT foi retirado por seu próprio autor. Portanto, o deputado Salomão poderia, se quisesse, ter lutado em favor do seu requerimento em plenário. Se não o fez, cabe a ele, portanto, a responsabilidade pela não votação do requerimento. A afirmação da matéria de que o senador Eduardo Suplicy e o deputado José Genoino votaram contra o requerimento é falsa. Não houve essa votação, e, ainda que houvesse, o deputado José Genoino não poderia ter participado porque é membro oficial da CPI.

Quanto à não convocação do deputado Miguel Arraes, o relatório dos documentos apreendidos pela Polícia Federal da empreiteira Norberto Odebrecht, onde foi citado o nome do presidente do PSB, foi distribuído a todos os membros da CPI pelo senador José Paulo Bisol e pelo deputado Aloízio Mercadante há mais de 40 dias. O documento em que Arraes era citado incluía, entre dezenas de outros parlamentares, o próprio relator, deputado Roberto Magalhães. Nenhum membro da CPI, ao longo de todo esse processo, formalizou junto à Mesa e tampouco foi votado qualquer pedido de quebra de sigilo do deputado Miguel Arraes.

Quando, faltando apenas quatro dias para o encerramento dos trabalhos da CPI, foi sugerida a quebra de sigilo do referido parlamentar, na noite do dia 12 passado, a CPI aprovou, inclusive com o

manifesto apoio do presidente e do relator, o entendimento de que não teria sentido quebrar sigilo sem que houvesse tempo hábil para uma investigação minimamente séria. Tal deliberação, que contou sim com o nosso apoio, considerava o fato de que o rastreamento de contas bancárias tem demorado no mínimo 15 dias, além de todas as demais providências que envolvem as investigações da CPI.

Desafiamos o deputado Luiz Salomão, a quem é atribuída a acusação ao PT, a debater franca e democraticamente as nossas divergências. Mas rebaixar a disputa a intrigas infames, sobretudo no momento grave em que a CPI finaliza os seus trabalhos, contribui unicamente para prejudicar as suas conclusões e atingir sua credibilidade.

Se a Bancada do PT cometeu erros em sua participação ativa na CPI do Orçamento — aliás convocada por iniciativa de nosso partido —, não foi o da omissão ou convivência com quem quer que seja, mas pela preocupação em se orientar pela transparência, ética e responsabilidade.

N. da R. — Acordos políticos quase nunca são feitos às claras. Mesmo assim, a articulação entre a bancada liderada pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e o PT para evitar a convocação da deputada Roseana Sarney e a instalação da CPI da CUT era assunto no Congresso há mais de 40 dias. O acordo foi confirmado pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) e pelo senador Pedro Teixeira (PP-DF), ambos líderes de seus partidos. O Estado mantém todas as suas informações e seus comentários.